



**REQUERIMENTO Nº                    /2009**  
**(Dos Srs. Waldir Maranhão e Roberto Britto)**

Solicita convidar o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, para participar de audiência pública nesta Comissão.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, para participar de audiência pública nesta Comissão de Legislação Participativa.

**JUSTIFICAÇÃO**

Nem todos os efeitos econômicos da crise internacional se fizeram ainda sentir nos países desenvolvidos e mesmo no Brasil, mas ao menos um efeito político é palpável: chegou ao fim da era das reformas.

A visão de que o mercado resolverá todos os problemas da sociedade e que a área de atuação dos governos deve ser continuamente reduzida foi enterrada no curso dos últimos meses. Nos dias que vão, nos Estados Unidos, bancos e montadoras de automóveis lutam por ajuda financeira do governo e são forçadas a aceitar suas condições.

Os países desenvolvidos com pacotes de estímulo econômico estão apostando na elevação dos gastos públicos como principal instrumento da recuperação econômica. Não está claro, porém, se no ambiente atual de desregulamentação e alta competitividade os níveis de emprego vão ser recuperados. Nos países em desenvolvimento, o cenário é ainda mais incerto por conta dos elevados níveis de informalidade. No Brasil, em meio à crise, continuam pesando os impostos cobrados sobre as folhas de pagamentos.

Essa resposta emergencial, contudo, em nada elevou as chances de um modelo estatizante. Apenas as forças políticas radicais acreditam que mais Estado representa uma solução para os problemas correntes. A questão, portanto, não é mais ou menos Estado, mas qual Estado?



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

Em sua configuração atual, a crise econômica pede mais investimentos públicos, apoio do governo na forma de isenções fiscais e estímulo setorial, uma política industrial mais ativa. E também políticas sociais e de proteção do emprego.

Esse novo tipo de intervenção governamental requer novos modelos de fiscalização e controle social, de decisão política sobre que setores serão protegidos e estimulados, que empregos serão protegidos e a que custo.

É preciso, portanto, que a sociedade seja informada do processo político em curso e de suas consequências, participando ativamente das soluções e tendo sua voz ouvida. A maior presença do Estado na economia precisa ser acompanhada de mecanismos de controle social, desmontados nos anos de privatização, e redução dos governos, para que o maior rendimento possível seja obtido dos recursos do contribuinte e contidas as possibilidades de corrupção.

A Comissão de Legislação Participativa tem condições de funcionar justamente como câmara de ressonância para transmissão de idéias e sugestões.

Considerando, portanto, o caráter estratégico da qualidade na gestão pública, propomos que seja convidado o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, que tem marcado sua administração por um esforço deliberado e bem sucedido de modernização da atuação do Estado, nos campos social e econômico, para em audiência pública expor suas idéias.

O convite é tanto mais devido pelo fato de que foi o então Deputado Aécio Neves, no exercício da presidência da Câmara dos Deputados, que criou a Comissão de Legislação Participativa.

Sala da Comissão, em 1º de abril de 2009.

Deputado **ROBERTO BRITTO** - PP/BA

Deputado **WALDIR MARANHÃO** – PP/MA